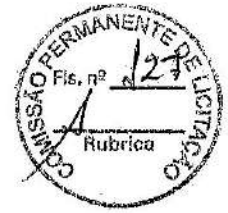




CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ  
www.camaradecodo.ma.gov.br



**PARECER DE REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

Processo Administrativo: nº 124/2020;

Órgão Solicitante: Comissão Permanente de Licitação;

Parecer: Dispensa de Licitação nº. 016/2020.  
**PARECER DE REGULARIDADE DO  
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** Inobstante a  
regularidade apontada, o certame merece, no que  
tange ao plano da legalidade, homologação por  
parte da autoridade competente, à quem caberá  
ainda deliberar acerca da conveniência da  
licitação.

Trata-se da solicitação da Comissão Permanente de Licitação/CPL da Câmara Municipal de Codó/MA, objetivando a Contratação de profissional autônomo do ramo da engenharia/arquitetura, para elaboração de projeto básico/executivo para reforma do prédio, acompanhamento e fiscalização dos serviços de engenharia para atender às necessidades da Câmara Municipal de Codó/MA.

*Preliminares*

O presente parecer vem dar cumprimento ao que dispõem os artigos 31 e 74 da Constituição Federal, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

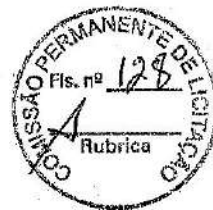
Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que esta assessoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo de realização de despesas e na avaliação prévia das implicações legais à qual está submetido o Poder legislativo local, dar a assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em auditoria própria.

Insto posto ratificamos a orientação de que, em havendo dúvida sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de Lei, deverá ser a consulta encaminhada por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo. É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do procedimento da dispensa de licitação em epigrafe nos autos encaminhados pela CPL.



CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ

[www.camaradecodo.ma.gov.br](http://www.camaradecodo.ma.gov.br)



A utilização de licitação para realização de obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações pela administração Pública figura como mandamento constitucional expresso no art. 37, XXI, da Constituição Federal, configurando-se como instituto indispensável à efetivação, em especial dos princípios da Moralidade, Impessoalidade e eficiência da atividade estatal.

Sua regulamentação no ordenamento jurídico é feita por meio da Lei nº 8.666/93, que estabelece, detalhadamente, com os procedimentos a ela inerentes, bem como ao contrato administrativo que lhe é consequente.

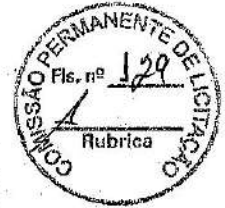
Conquanto, a referida norma prevê exceções à aplicação de alguns de seus institutos por entender que, em tais casos, seriam esses prejudiciais ao próprio interesse público. Estão tais hipóteses especialmente elencadas nos seus art. 24 e 25 (condições de dispensa e inexigibilidade de licitação).

Cumprir registrar, que o tema merece total cautela da Administração Pública, por se tratar de circunstância extremamente excepcional, passível, quando aplicada incorretamente, de severa punição pela legislação pátria, v.g., art. 89 e ss. Da lei 8.666/93.

Em decorrência disso, tomamos como parâmetros os abalozamentos feitos pelo Egrégio Tribunal de Contas da União que, com preciosidade, delimita a aplicação da dispensa e da inexigibilidade de Licitação.

13. Acerca da obrigatoriedade de licitar, trago à colação algumas considerações de minha lavra veiculadas no Voto condutor do Acórdão n. 146/2007 -1ª Câmara:

“23. É de se destacar que, por definição, licitação é o procedimento administrativo mediante o qual os órgãos públicos e entidades selecionam a proposta mais vantajosa para a avença de seu interesse”. Nesse contexto, surge um princípio basilar ao direito administrativo, qual seja, o da indispensabilidade da licitação para se adquirir, alienar ou locar bens, contratar a execução de obras ou serviços, que tem assento constitucional (art. 37, inciso XXI, da Carta Política) e infraconstitucional (art. 2º da Lei n. 8.666/1993 para administração pública e art. 2º do RLC para o Sesc).



CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ

[www.camaradecodo.ma.gov.br](http://www.camaradecodo.ma.gov.br)

"24. Essa demanda decorre de princípios também insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, legalidade, impessoalidade, Moralidade, publicidade e eficiência, além de outros elencados pela doutrina para a licitação. É dizer: a regra estatuída na Constituição Federal é a da obrigatoriedade de licitar, já as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de certame devem ser interpretadas como exceções." (grifos acrescentados).

(TCU. Primeira Câmara. ReL Ministro Marcos Bemquerer Costa. Ac. Nº.0932-09/08-1. Sessão: 01/04/08. DOU de 10.04.08)

A análise dessas normas supracitadas, percebemos que o caso em apreço encaixa-se na hipótese descrita no art. 24, II do referido diploma legal. Vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...) II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez. Contudo foi editada a Medida Provisória (MP) 961, em 07 de maio de 2020, entretanto, não modifica expressamente a Lei de Licitações ou o RDC. Nesse caso, MP faz algo semelhante ao Decreto 9.412/2018, que atualizou os valores das modalidades de licitação, mas sem alterar a redação da Lei de Licitações. Isso porque a sua vigência será temporária, valendo apenas durante o período do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Diferentemente da MP 926/2020, que criou regras específicas de licitação para as ações destinadas apenas ao combate da pandemia, essa nova MP vale durante a pandemia, mas não se limita apenas às contratações decorrentes diretamente do combate à Covid (Corona Virus Disease ou "Doença do Coronavírus"). Assim, a sua aplicação é "temporal", independentemente da finalidade das contratações.



CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ

[www.camaraadecodo.ma.gov.br](http://www.camaraadecodo.ma.gov.br)



Portanto, os valores definidos na Lei 8.666/1993 (15 mil e 8 mil, respectivamente) e no Decreto 9.412/2018 (33 mil e 17,6 mil) não serão aplicados durante o período de vigência da calamidade pública. Os valores, durante esse período, serão de 100 mil e 50 mil, respectivamente para obras e serviços de engenharia e compras e demais serviços. Vale lembrar que esses são os mesmos valores previstos na Lei 13.303/2016 para as empresas estatais

Dessa forma, uma vez que a proposta apresentada como mais vantajosa é igual a tal valor, facilmente verifica-se estar ela perfeitamente enquadrada ao caso, sendo autorizável, portanto, a contratação direta pela Administração Pública.

Há de se observar, contudo, que, mesmo não contratando por meio de licitação, deve o ente público ater-se a certa cautela no critério de escolha do particular a ser contratado, a fim de garantir o respeito aos princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.

Corroborando a esse entendimento, temos os ensinamentos de Marçal Justen Filho, transcritos a seguir:

O administrador está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, destinado a assegurar (ainda nesses casos) a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes.

Portanto, a contratação direta não significa eliminação de dois postulados consagrados a propósito da licitação. O primeiro é a existência de um procedimento administrativo. O segundo é a vinculação estatal à realização de suas funções. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11 ed. São Paulo: Dialético, 2005, p. 228).

Sendo assim, apesar de dispensa ou inexigibilidade de licitação, deve o ente administrativo, para a realização da contratação, se pautar nas demais regras da própria Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Por esses motivos, imprescindíveis ao caso a observância de certos requisitos formais necessários à regência de qualquer contrato administrativo, em especial no que tange à justificativa e à autorização ou decisão expressa da dispensa ou inexigibilidade (art.26), à habilitação jurídica (art. 28), à regularidade fiscal (art. 29) e, quando o caso assim necessitar, às qualificações técnica



CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ  
[www.camaraqdecodo.ma.gov.br](http://www.camaraqdecodo.ma.gov.br)

e econômico-financeira (arts. 30, 31) da contratante, além da estipulação determinadas cláusulas obrigatórias (art. 55).

A respeito, entende o colendo TCU ser imperioso à Administração:

"(...) as exigir em todas as contratações, inclusive nas realizadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, a comprovação de regularidade fiscal do contratado, observando que a condição deverá ser mantida durante toda a execução do contrato e comprovada a cada pagamento efetuado". (TCU. Segunda Câmara, Processo nº TC- 015.575/2007-2. Relator: André Luís de Carvalho. AC. nº. 3325-32/08-2. Sessão: 09/09/2008. DOU de 11/09/08).

(...) as justificativas para a inexigibilidade e dispensa de licitação devem estar circunstancialmente motivadas, com a clara demonstração de ser a opção escolhida, em termos técnicos e econômicos, a mais vantajosa para a administração, consoante determina o art. 26. Parágrafo único da Lei 8.666/93.

Ressalta-se, todavia, que, estando o valor da contratação abrangendo nas hipóteses do art. 24, I e II da mencionada Lei, resta dispensada a observância dos requisitos do art. 26, como podemos depreender da sua redação, ver bis:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005).

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

*I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*







CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ

*www.camaradecodo.ma.gov.br*

*II - razão da escolha do fornecedor ou executante;*

*III - justificativa do preço;*

*IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluindo pela Lei nº. 9.648, de 1998).*



*Das peças encontradas no devido processo legal;*

De início, em análise ao processo em vista, verificou-se que para a abertura do procedimento foi apresentado:

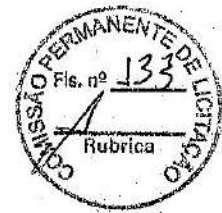
Solicitação de despesa com justificativa através de termos de referência e memorando com a relação do objeto requerido pelo solicitante;

- O procedimento da licitação foi iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, e a indicação sucinta e clara de seu objeto;
- Cotação de Preços (três cotações);
- Indicação da existência da previsão orçamentária face à despesa estimada;
- Ato de nomeação da CPL;
- Foram constatados os termos de autuação e autorização da autoridade competente;
- Minuta do edita de convocação e seus anexos;
- Parecer Jurídico.
- A proposta foi devidamente reapresentada;
- Documentação de habilitação;
- Acompanhamento do relatório conclusivo da licitação;



CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ

[www.camaradecodo.ma.gov.br](http://www.camaradecodo.ma.gov.br)



Foi consagrada vencedora a profissional: **Emanuelle Souza de Araújo Trindade**, brasileira, engenheira civil, inscrita no CPF: 010.416.273-27 e no CREA sob o nº 1118750314, com endereço na Rua Dublin, 8 QB09 C. Residencial São Pedro, Bairro São Pedro, Codó-MA. CEP: 65400-000.

Nesse diapasão, observa-se que a minuta do contrato em tela contém as cláusulas necessárias para a formação do instrumento público contratual, conforme prescreve as normas estabelecidos da Lei Federal.

É importante destacar acerca de não se fracionar licitação para fugir à modalidade superior. Importante assim focar em maior detalhe esse expediente, utilizado, infelizmente com certa frequência, para viabilizar dispensas indevidas ou seja, a dissimulação de despesas de vulto superior ao limite, mediante o fracionamento de notas fiscais. Segundo orientação do TCU, caracteriza-se tal patologia "quando se divide a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à recomendada pela legislação para o total da despesa, ou para efetuar contratação direta".

Entretanto, não há informação quanto ao eventual fracionamento de despesa no caso, o que deverá constar nos autos por informação da Diretoria Financeira ou Contabilidade, a fim de verificar se de fato é possível a contratação direta na hipótese.

**4. Considerações Finais;**

Revestindo de todas as formalidades legais nas fases do certame, opina-se pela **ratificação, adjudicação** e posterior **homologação**, nos termos dos art. 38 VII e 43, Inciso VI, estando a profissional apta a gerar despesas com esta Casa Legislativa.

Este é o parecer, *s.m.j.*

Codó (MA), 11 de maio de 2020

Advogada; Dra. Stephania Randelle Cabral Costa  
Assessora jurídica da Câmara  
OAB/MA N. 20967